Ciências Humanas e Sociais da U...
N.º 31.327/00
Data 25/10/00
Biblioteca
Instituto ... Mariana

Copyright 1998, Instituto Franciscano de Antropologia
e Editora Contexto

Organização Marcos Cezar de Freitas

Diagramação Kalinka Marcondes de Oliveira

Capa Mônica Arghinenti

Revisão Marisa Leal e Apparecida Pereira Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freitas, Marcos Cezar
Historiografia brasileira em perspectiva / Marcos Cezar de Freitas (org.). 2.ed. – São Paulo : Contexto, 1998.

ISBN 85-7244-088-7 (Contexto)

1. Brasil – História 2. Brasil – História – Historiografia I. Freitas, Marcos Cezar de.

98-0499 CDD-981.0072

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Historiografia 981.0072
2. Historiografia : Brasil 981.0072

O projeto "Para uma História da Historiografia Brasileira" que originou o livro *Historiografia Brasileira em Perspectiva* foi financiado pelo Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação – CDAPH – da Universidade São Francisco.

EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)
Editor Jaime Pinsky
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
São Paulo – SP – CEP: 05083-110
PABX: (011) 832-5838
e-mail: contexto@wenet.com.br

Instituto Franciscano de Antropologia – IFAN
Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa
em História da Educação – CDAPH
Universidade São Francisco
Campus Bragança
Av. São Francisco, 21 – Bragança Paulista, SP
CEP: 12900-000– Tel.: (011) 7844-8000

SUMÁRIO

Introdução, 7
Marcos Cezar de Freitas

PARTE I – HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: OS OLHARES SOBRE AS FONTES

Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial, 17
Laura de Mello e Souza

A Sociedade Brasileira e a Historiografia Colonial, 39
Laima Mesgravis

Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império, 1824-1881, 57
Maria Odila Leite da Silva Dias

O Império da Revolução: Matrizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica, 73
Izabel Andrade Marson

Escravidão Negra em Debate, 103
Suely Robles Reis de Queiróz

O Diálogo Convergente: Políticos e Historiadores no Início da República, 119
Maria de Lourdes Monaco Janotti

A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências, 145
Cláudio H. M. Batalha

Anos Trinta e Política: História e Historiografia, 159
Vavy Pacheco Borges

Estado Novo: Novas Histórias, 183
Maria Helena Rolim Capelato

Continua dizendo que seus próprios trabalhadores livres cometeram crimes esperando sua ajuda e foi um custo convencê-los a mudar de idéia.

E como uma conclusão denotativa dessa mentalidade, relata o caso de seu feitor, que dele cuidou durante sua enfermidade, dizendo:

> Assim vivo literalmente no meio desse povo. Tomo minhas refeições sozinho, mas geralmente duas ou três pessoas, empregados no engenho, estão na sala, enquanto almoço ou janto, sentados ou de pé, falando comigo. Entregam-me o prato ou outra cousa quando peço e são felizes de estar próximos quando tenho alguma necessidade. O feitor e sua mulher narram-me casos raros e repetidos. É um homem de temperamento feudal, honesto e fiel em todos os respeitos, por uma atenção pessoal à entidade a quem serve e não pela opinião geral do mundo. Não tem o critério do justo ou do injusto. É caso freqüente entre esse povo. (pp.296-7)

A rica fonte das informações de Koster ainda poderia ser explorada sobre inúmeros temas da sociedade brasileira, mas acreditamos ter completado com ele o processo de formação iniciado com a chegada do colono português no século XVI e que se revela cristalizado às vésperas da Independência.

SOCIABILIDADES SEM HISTÓRIA: VOTANTES POBRES NO IMPÉRIO, 1824-1881*

Maria Odila Leite da Silva Dias (USP)

A historiografia do Império foi durante muito tempo matriz do estudo das instituições políticas e do discurso fundador da nacionalidade. Dentro dessa característica ideológica, só se podia endossar a consolidação da hegemonia política das elites que projetaram a nação. Esse projeto homogeneizante consistia numa missão de controle social, disciplinador e civilizador das imensas desigualdades sociais herdadas da sociedade escravista. Era impossível – dentro dessa visão de sistema, de equilíbrio maior de uma sociedade que se via do prisma do poder – chegar a documentar a pluralidade, as diferenças, os regionalismos, as conjunturas que envolviam modos de sobrevivência de grupos sociais oprimidos.

Um dos primeiros historiadores que se voltou para o estudo da massa de homens livres pobres na sociedade colonial foi Caio Prado Jr., em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), em que trata de sua inserção ambígua no sistema produtivo escravista. Marxista dado a interpretações concretas e específicas, apontou este setor dos homens pobres livres como um grupo social que, em princípio, estava fora do sistema produtivo dominante. Somente no dia em que estivesse integrado na sociedade é que se poderia considerar consumado o processo de formação do país.[1]

Escrevia na década de 1940, quando ainda não se desencadeara o processo de industrialização e de urbanização que transformou drasticamente as perspectivas da sociedade brasileira como um todo. A urbanização trouxe perspectivas novas de redefinição do político em vias de serem exploradas. Ultrapassar certa fronteira de perspectivas metodológicas ainda consistia em desafio para historiadores e para as ciências humanas em geral. Era preciso começar por documentar processos sociais não determinantes, o que por si já exigia uma abertura ideológica e metodológica inovadora, difícil para uma intelectualidade formada num sistema centralizador, autoritário e inserida na compartimentação do saber universitário. Nas décadas de 1950 e 1960, olhares ambíguos, ainda forjados pelas escolas funcionalistas e mesmo estruturalistas, vislumbraram a possibilidade de uma pluralidade de sujeitos históricos. Grupos sociais "outros" apareciam, contudo, ainda inseridos numa

BIBLIOTECA ALPHONSUS DE GUIMARAENS

perspectiva globalizante, vistos como desordeiros ou subordinados ao todo da nação, do poder, da ordem dominante. Para descortinar diferenças foi preciso transcender enquadramentos amplos. Aceitar o outro implicava abrir-se para uma pluralidade de possibilidades de participação até então negadas para o conjunto da sociedade.

Uma sociedade como a brasileira, radicalmente dividida de si mesma, caracterizada por enorme concentração de poder, de riqueza e de cultura, sofreu há poucas décadas o impacto da experiência urbanizadora. Da mesma maneira, movidos por idêntico contexto social, procuraram os historiadores no seu *métier* armar-se de métodos diferentes de abordagens para aceitar uma pluralidade de experiências históricas, sem lhes atribuir aspectos de desintegração, de inerente desordem ou de anomia. Documentar experiências diversas de vida, aceitar conjunturas sociais fragmentadas que desafiam globalidades tidas como certas, nacionais, coerentes com sistemas ideológicos predefinidos, globalizantes, fundadores, ainda faz parte da construção por conceitos como o do social por oposição ao político ou ao nacional. Interpretar o social implica passar pelo crivo de redefinição da cidadania política.

A historiografia social, da cultura, do quotidiano enfrentou como ainda enfrenta um caminho árduo, pois carecia de novos prismas teóricos e ideológicos para interpretar fenômenos sociais que não se deixavam apreender através de enfoques tradicionais.

O processo de urbanização que concentrou nas cidades as populações regionais, rurais, contribuiu indiretamente para transformar parâmetros interpretativos viciados pelo etnocentrismo e por conceitos sistêmicos predeterminados. Os termos compreender ou interpretar têm uma conotação precisa nas humanidades, pois sugerem a necessidade de reconstruir o conhecimento de modo a poder trabalhar com especificidades e não com conceitos abstratos. Esta forma de trabalho subentende valorizar os pormenores, o fragmentário e o não determinante, para que se possa construir um conhecimento que nasce da desocultação, do decifrar como um processo que aspira a reconstruir seu todo sem ter para isso chaves conceituais formalizadas. O conhecimento que desvenda é um processo de descoberta.

A nova experiência urbanizadora do país abriu novas possibilidades de interpretação para os fenômenos das *diferenças* que sempre tiveram um peso exagerado no processo desigual de nossa formação. Nada mais importante do que explorar diferenças e especificidades numa sociedade que se caracteriza por uma concentração de renda em nível excepcional.

Trata-se de um conhecimento polêmico e engajado pois chega a uma visão de conjunto através da percepção de fenômenos para os quais não se formulou hipóteses iniciais. Da urdidura dos pormenores é que o intérprete chega a uma visão de conjunto das sociabilidades, das experiências de vida, que traduzem

necessidades sociais. Aderir à pluralidade é uma condição para este sondar das possibilidades de coexistência de valores e necessidades sociais diversas que coexistem entre si mas não têm uma necessária coerência. Trata-se, na historiografia, de aceitar o provisório como necessário. Do passado, na verdade, só vislumbramos temas e fragmentos de experiências que nossa contemporaneidade nos permite entrever. Esses temas e fragmentos, por sua vez, mudarão com a linha do horizonte do nosso conhecimento, que nunca é fixo.

Tudo isto para enfatizar a importância na historiografia de desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem impor-lhes de antemão conceitos e categorias abstratas. Estas terão de dar precedência à interpretação possível das condições de vida de grupos sociais que mal começamos a discernir através de parâmetros ideológicos distantes daqueles que os relegavam a um lugar subordinado, subalterno ou de antemão configurado. Trata-se de uma perspectiva inovadora para a historiografia da passagem da escravidão para o trabalho livre.

Esse momento, que desencadeou o processo de formação das classes trabalhadoras nas diferentes regiões do país, representou um impasse para as classes dominantes, provocando processos políticos decisórios para fortalecer sua hegemonia. Durante muito tempo, o grau de consolidação da hegemonia das classes sociais, que lidaram com o problema da desagregação final da escravidão, ocultou por completo a possibilidade do desvendar da experiência de grupos não determinantes nem hegemônicos e das vicissitudes pelas quais passaram no processo de sua nova inserção nas sociedades locais, regionais, para não nos remetermos de novo à própria hegemonia do poder que constituía o país, a nação, o governo. Custou muito poder de discernimento para que os historiadores conseguissem o espaço necessário para o estudo da resistência que ofereceram os grupos sociais à política de dominação da época da Abolição. Trata-se de tentar um caminho que nos possibilite construir uma historiografia dos homens pobres livres dentro da desigualdade de crescimento econômico dos diversos regionalismos de fins do Império, e partindo da reconstituição das conjunturas locais e regionais nas décadas que antecederam a Abolição.

Tanto na economia cafeeira do Centro-Sul, como no nordeste açucareiro, a massa dos habitantes livres permanecia à margem da economia de exportação, resistindo à integração no sistema produtivo, baseado na mão-de-obra escrava. O processo de sua integração na força de trabalho, após a abolição, foi eminentemente local, variando conforme as economias regionais e, principalmente, a imigração estrangeira, que tornou específico este processo no Centro Sul, sobretudo na Corte do Rio de Janeiro e em São Paulo, após 1886. No Nordeste, com a decadência precoce da escravidão, a população de livres pobres se elevava, no recenseamento de 1872, a 83% em Pernambuco e na Bahia. A lenta transformação em parceiros e assalariados das usinas é processo peculiar que antecede a Abolição e vem sendo estudado em suas particularidades regionais, tais como a falta de disponibilidade de

erras no agreste, as migrações para a Zona da Mata, as condições específicas de exploração do trabalho na economia açucareira.[2]

De longa data, a questão dos agregados e homens livres pobres, pequenos itiantes, ou pequenos posseiros, voltados principalmente para a economia de ubsistência, tem sido vista em oposição à presença de escravos e à inserção na economia internacional ou ao grau de crescimento da economia capitalista. Enquanto se formava um mercado escravo no plano nacional, com sua conjuntura le preços determinada por circunstâncias globais do país, o mercado do trabalho ivre permanecia ainda inteiramente local, ditado por condições fortuitas, estritamente regionais.

Alguns autores identificam os trabalhadores livres nacionais com o ubdesenvolvimento da economia do Centro-Sul, ressaltando, como o faziam os contemporâneos, a sua resistência à integração como assalariados nas fazendas de café. Em São Paulo, a opção pelo imigrante italiano e a política de excedente de oferta de mão-de-obra acabou por comprimir salários e consumar a concentração da propriedade da terra em grandes unidades e nas mãos de poucos.[3] Teria sido outro o destino da economia se se tivesse permitido a disseminação de pequenas propriedades e a comercialização de pequenas lavouras.

A massa dos habitantes livres do Centro-Sul tem pois sua historicidade necessariamente fragmentária e regional, em face da economia cafeeira e da construção do Estado-Nação. É sempre delineada, de maneira opositiva, ou confrontante; seja ao projeto elitista de integração na nacionalidade, ou às necessidades da economia capitalista, a que resistiam.

Entretanto, o estudo de aspectos localistas, aparentemente fortuitos e fragmentários, tem o condão de tornar mais concretos os limites de atuação da hegemonia das elites dirigentes que moldaram a sociedade global, tanto através da sua política de arregimentação do trabalho às vésperas da Abolição[4], como na definição dos direitos de cidadania que integravam os homens pobres no Estado-Nação.[5] A política de dominação se fazia sentir principalmente através do sistema eleitoral e da estratégia de recrutamento para as forças policiais locais, a guarda nacional ou para o exército de primeira linha. Diz essencialmente respeito à centralização do poder e à política do governo de controle do mandonismo local.[6]

Nesse sentido, ressalta-se na conjuntura do Centro-Sul a expansão da economia cafeeira e os seus efeitos sobre os setores da população até então voltados para a economia de subsistência. A oposição estrutural que se estabelece entre a economia de subsistência e as fazendas de café configura a historicidade de integração do homem livre na história local: o processo de lenta desapropriação de suas posses com a concentração das terras é um aspecto que chama de início a atenção dos historiadores.[7]

Até o presente, o que se sabe sobre a existência dos setores "marginalizados" da população do Império deve-se a estudos de comunidades,

como seria de se esperar em face da massa dos desclassificados sociais do país. Trabalhos de história social e econômica de comunidades como Vassouras (Stanley Stein), Bofete (Antonio Candido), Guaratinguetá (Lucila Herman, Maria Silvia Carvalho Franco), Itu (Eni Mesquita), Parnaíba e Taubaté, descortinam dados preciosos sobre as formas de organização da sobrevivência e as mudanças que ocorreram na vida desses setores da população.

Estudá-los, na perspectiva mais abrangente de sua integração na história econômica e política do Império, significa aproveitar o conhecimento acumulado nos estudos de comunidade, acrescentando a reconstituição de conjunturas específicas de condições de vida, necessariamente fragmentárias, necessariamente locais, que possam iluminar o modo de sua inserção gradativa na força de trabalho (1870-1888). Estudar os homens livres no pano de fundo de suas historicidades regionais, como parte componente do eleitorado pobre das províncias do Centro Sul (1824-1881), significa ainda um esforço de síntese, no sentido de compor um quadro mais amplo, abarcando ao mesmo tempo a reconstituição de suas experiências de vida local, formas de sobrevivência e nuanças ou conjunturas de inserção na sociedade nacional.

Documentar no plano da história social a sua luta pela sobrevivência[8], assim como a sua resistência às formas de cooptação (recrutamento, patronato) e ao trabalho assalariado nas fazendas, sondar as possibilidades das fontes escritas, sempre indiretas e comprometidas com a ideologia das classes dominantes, discernir os limites de viabilidade da reconstituição de sua experiência de vida marginal com relação às forças do capitalismo e do projeto hegemônico das elites do Império parecem desafios promissores no estágio atual da historiografia do século passado.

A limitação das fontes escritas pode eventualmente ser suprida pelo historiador, tendo em vista as perspectivas mais abrangentes do conjunto da sociedade da época. A inserção da experiência dos homens livres no eleitorado pobre, ao mesmo tempo inclui a perspectiva hegemônica e abre espaços para o estudo das tensões sociais ocasionadas pela sua resistência à política de dominação.[9] A partir das próprias experiências de vida e não de conceitos abstratos, atendo-se à especificidade dos testemunhos, lutando por reconstituir as particularidades dos processos sociais mais abrangentes, o historiador documenta o plano da história social.

Um dos conceitos básicos que precisam ser postos à prova é o da clientela paternalista, do favor, das relações pessoais de dependência e de proteção; é preciso relativizar sua abrangência, delimitando as situações específicas em que se definiam como tal: os agregados propriamente ditos, que viviam de favor nas fazendas de café, indicam situações definidas de vida, que abrangem uma parte relativamente pequena da massa dos habitantes livres do Centro Sul.

Segundo o relatório do presidente da província de São Paulo, em 1854, existiriam nas fazendas de café de toda a província, apenas 4 223 agregados, para 55 834 escravos; nas lavouras de açúcar, a proporção era ainda menor: cerca de 698 agregados para 15 641 escravos. Nas fazendas de criação de menor valor comercial aumenta a proporção dos homens livres: 1 767 agregados para 4 342 escravos. As mesmas proporções provavelmente se mantêm para a província do Rio de Janeiro e para a Zona da Mata no sul de Minas Gerais.[10]

A porcentagem global dos homens livres na população do Centro Sul como um todo era claramente majoritária, embora menor do que a do Nordeste. Refere-se à massa da população que vivia à margem da economia de exportação ou nas fímbrias da monocultura comercial, onde sobrevivia e resistia de uma forma certamente mais fluida e mais provisória do que a sugerida pelo conceito do favor e da clientela pessoal. Aqui é importante atentar para a concentração demográfica de escravos e para a distribuição da população livre nos municípios, principalmente nos municípios cafeeiros ou açucareiros. Em Vassouras, por exemplo, algumas das paróquias, como Conceição e Paty do Alferes, concentravam, em 1872, cerca de 71% de escravos, enquanto outras, como Tinguá, área de terras pobres e improdutivas, reunia quase exclusivamente homens livres (75%), posseiros, sitiantes e roceiros. No município de Rio Claro, em 1872, 37% da população era livre. Em Parnaíba, no começo do século, perfaziam 59% da população local e 84% dos que se declaravam lavradores.[11]

A condição subalterna e subordinada dos homens livres na sociedade escravista é indiscutível, porém as relações de dependência no conjunto da população dos marginalizados era certamente mais fluida do que deixam entrever alguns autores. A mobilidade da população livre dentro de uma mesma região, de uma paróquia para outra, de um município para outro, de um distrito eleitoral para outro, dentre freguesias, tem sido constatada por diferentes historiadores. Eni Mesquita demonstrou a freqüência com que os agregados de Itu mudavam de uma propriedade para a outra. A contínua mudança de domicílio também foi analisada dentro do perímetro urbano da cidade de São Paulo por Alzira Lobo Arruda Campos.[12] Com a aproximação da economia cafeeira e a intensificação da política de controle social, costumes ancestrais de roças volantes, transformavam-se em recursos de resistência à fixação, à dependência pessoal, ao trabalho permanente.

Os homens livres destituídos de propriedades viviam em trânsito. A lavoura de subsistência implicava trabalho em determinadas épocas do ano e disponibilidade em outras. As referências às migrações sazonais dos trabalhadores livres assomam com relativa freqüência nos relatórios dos presidentes de província. Em Minas Gerais, os homens livres migravam para a Zona da Mata e o Vale do Paraíba e, ao chegar a época das semeaduras, voltavam para os municípios de origem, na região central da província. Também em São Paulo, deslocavam-se temporariamente de suas lavouras, procurando trabalho nas regiões de fronteira, nas

fazendas de café, nas lavouras de açúcar. As regiões de Uberaba, da Mogiana, e de Franca a Mogi Mirim recebiam migrantes das áreas de criação de gado do sul de Minas Gerais (Pouso Alegre, Campanha, Aiuruoca).[13]

Além do costume das roças volantes, a perda de suas pequenas posses ou questões de terras também deslocavam os moradores de uma localidade para a outra. Com a consolidação do sistema de controle social, sobressai a preocupação das autoridades locais, das juntas de qualificação, dos juízes de fora e dos chefes de polícia, em registrar as mudanças de domicílio; demonstrando uma atenção especial em atualizar as listas dos moradores das paróquias, para as eleições e os recrutamentos. A ideologia do trabalho na sociedade escravocrata discriminava os andarilhos, tropeiros, roceiros, como "vadios", desocupados ou ociosos, perseguindo-os com posturas e alvarás de recrutamento para o exército de primeira linha.[14]

Quase todas as ocupações onde predominava o trabalho livre refletiam a natureza temporária e o nomadismo dos costumes dos homens livres da província. Era o caso do transporte das tropas de muares, do trabalho em obras públicas esporádicas e, posteriormente, nas estradas de ferro, cujo papel importante na transição para o trabalho assalariado, vem sendo estudado nos últimos anos.[15]

A economia de subsistência na região do Centro Sul, tinha suas conjunturas históricas marcadas e diferenciadas por fatores externos, tais como a disponibilidade de terras, que influía decisivamente sobre o destino das roças. O processo de desapropriação acentuava-se em áreas de penetração do café ou do açúcar, provocando um contínuo deslocamento dos lavradores pobres, das regiões mais estabelecidas para as terras novas de fronteira em área de índios bravos.[16]

A organização das famílias de sitiantes e o sistema de heranças também contribuíam para distribuir a população e opor as áreas de frentes pioneiras às áreas de retaguarda, decadentes.[17] Nas primeiras, predominavam os homens novos e, nas segundas, as mulheres de maridos ausentes, chefes sós de fogos pobres, cuja tendência era abandonar os sítios improdutivos e refugiar-se em localidades urbanas. Este sistema de povoamento, estudado por Sérgio Buarque de Holanda, perpetuava-se na província de São Paulo no século passado, principalmente quando era intensificada a penetração das lavouras comerciais.

O sistema de concentração das terras nas mãos de alguns poucos proprietários apenas se esboçava em 1818, quando foram feitos os registros dos bens rústicos analisados pela historiadora Alice Canabrava.[18] O mesmo foi documentado na obra de Stanley Stein para a Vassouras da década de 1830. Em 1850, a consolidação das propriedades de grandes posseiros já tomava forma de lei.[19]

O sistema de valorização das terras de fronteira dependia, de início, da ocupação temporária por homens livres, contratados para a derrubada da mata. Depois, eram expulsos ou despedidos das terras recém-formadas, enquanto os

grileiros se encarregavam de garantir o usufruto e a valorização das terras para empresários absenteístas ou homens de negócio das cidades. É interessante observar a perpetuação dos papéis, sempre provisórios, de ocupadores iniciais desempenhados pelos homens livres em Botucatu (1860), em Rio Claro (1870), em Casa Branca e Mococa (1880) enquanto se processava a saga de expansão do povoamento, acelerado sobretudo a partir de 1880 pela prosperidade das áreas novas de café da Mogiana e, posteriormente, da Alta Paulista. Em 1920, o ciclo se repetia na região da Noroeste, onde ainda se destaca na tradição oral a violência dos costumes que opunham os grileiros aos posseiros pobres em nome do capital.

A propriedade efetiva da terra demorou muito a se tornar clara e bem documentada. As roças volantes dos homens pobres eram substituídas por grandes posses de limites obscuros e cercas de penumbra, tanto melhor asseguradas quando menos documentadas. O registro exigido pela lei de 1850 subentendia impostos que eram proibitivos para os pequenos posseiros.

A política de concentração das terras vinha firmemente abalizada nos recursos legais das classes hegemônicas. Tratava-se, a todo custo, de manter os moradores pobres itinerantes e, sobretudo a partir de 1870, despossuídos de terras próprias para que pudessem ser contratados como assalariados ou parceiros. A partir desta época, tornavam-se desnecessários os impostos e taxas, pois as terras já estavam bastante valorizadas para começar a substituir os escravos como garantia de hipoteca.[20] Com a iminência do fim da escravidão, tornou-se urgente vislumbrar formas de atrair e de reter nas fazendas a mão-de-obra livre, com decretos e leis de serviços, como a de 1873, que punia o trabalhador que abandonasse a fazenda antes de cumprido o tempo de contrato.[21]

A historicidade da itinerância dos homens livres pobres e de suas conjunturas de sobrevivência pressupõe o processo sempre renovado de dominação que os mantinha despojados. O destino de suas roças de subsistência e a contínua necessidade de renovação das táticas de sobrevivência determinavam o ritmo do processo de povoamento. A itinerância e a mobilidade eram características essenciais de sua sobrevivência: a contínua mudança espacial, a par da contínua mudança ou improvisação dos costumes, inclusive a transitoriedade da organização familiar, dos casamentos, das ausências.[22] Ao mesmo tempo eram empurrados pela necessidade e pelo recurso de resistência ao controle social dos fazendeiros, das autoridades policiais, do fisco.

Também as ocupações a que se dedicavam, em complementação às roças de subsistência, eram de natureza essencialmente temporária: transportar tropas, servir como camaradas ou auxiliares de tropeiro, aceitar empreitadas de derrubadas de mata, capinar, preparar terras ou, sobretudo, contratar-se como jornaleiros em obras públicas. As oportunidades mudavam conforme as conjunturas de momento e como tais eram aproveitadas a seu tempo e vez. As frentes de povoamento, as retaguardas de terras empobrecidas, as terras públicas, os ensaios de colonização estrangeira –

que muitas vezes também recebia nacionais[23] – e a própria Guerra do Paraguai, abriam oportunidades de ocupação para homens pobres disponíveis.[24]

Alice Canabrava estudou a oportunidade de sobrevivência oferecida a partir de 1865 pela cultura do algodão, que se expandiu na província de São Paulo nas regiões de sitiantes pobres, oferecendo refúgio para os desvalidos da região de Sorocaba, justamente quando se tornava crítica a crise dos tropeiros e do comércio de muares em geral; em São Luís do Paraitinga, no Vale do Paraíba, o algodão veio abençoar os moradores pobres com possibilidades de sobrevivência.[25]

Era sugestiva a sensibilidade dos roceiros e sua capacidade de improvisação dos meios de ganhar a vida, assim como seu olhar sempre aberto para conjunturas favoráveis de serviços ocasionais, ou de comercialização dos pequenos excedentes de suas lavouras. A comercialização das parcas colheitas era costume antigo, como sempre inserido na sanha de dominação de atravessadores, intermediários urbanos e de almotacéis das vilas. O pequeno comércio local era atividade bastante independente para atrair homens avessos a qualquer forma de trabalho manchado pela escravidão, principalmente quando feitorizados, em turmas. Em várias localidades e pequenas vilas da província, o comércio local contribuía, apesar de sua pobreza, com mais de 60% das rendas municipais.[26] O fisco encarregava-se de cobrar dos moradores e posseiros em trânsito uma série de contribuições e taxas de consumo, desde a aguardente até as pequenas transações de comércio de gêneros de primeira necessidade. As multas eram parte tão certa de sua posição subalterna, quanto a política de recrutamento.

As atividades de pequeno comércio também eram muito dificultadas pela falta de liberdade de que dispunham quando se aventuravam por regiões mais densamente povoadas, principalmente junto às vilas. Desde a época da Independência, as autoridades interessadas em organizar feiras e fomentar o comércio local tinham de prometer a suspensão de eventuais recrutamentos ou de quaisquer formas usuais de arbitrariedade ou violência, a que se viam usualmente expostas as populações pobres no Império. Procuravam garantir-lhes, pelo menos no texto dos decretos, o direito de vender, comprar e transitar livremente, ao menos no percurso de ida e volta de suas casas às feiras:

> aos feirantes, compradores e vendedores seja outrosim concedido o direito e privilegio da isenção de quaesquer licenças, alcavallas e contribuições, assim como de embargos pessoaes de seus escravos, moços e apagniguados, e de quaesquer socios ou agentes, e emfim dos seus carros, bois e bestas de qualquer serviço, sem que haja autoridade alguma, por maior que seja possa fazer-lhes a este respeitos o mais leve embaraço, porque qualquer estorvo nesta matéria seria de péssimas consequencias como turbativas do commercio, que tem por principal alimento a mais ampla liberdade, não tendo

> por isso mesmo os compradores preferencia alguma uns sobre os outros para as suas compras, antes concorram todos na mais perfeita igualdade, sendo o maior preço offerecido o unico principio da pretendida ou desejada preferencia...[27]

O pequeno comércio era parte importante das atividades de subsistência, desdobrando-se em cadeias infindáveis de múltiplos intermediários, desde o caminho das roças aos ranchos de tropas, às vendas de beira de estrada onde eram considerados presença constantemente subversiva, amplamente documentada pelos viajantes e pelas posturas das municipalidades. Este setor de atividade foi se intensificando dentro das limitações impostas pela economia doméstica e pela falta crucial de transportes, à medida que se ampliavam as necessidades locais do comércio interno na região Centro-Sul.[28]

A historiografia contemporânea tem produzido trabalhos interessantes sobre história social da comida e da distribuição local dos gêneros alimentícios em vários países da América Latina, que sugerem pontos interessantes de confronto e temas por elaborar.[29]

A comercialização dos excedentes foi se intensificando com a carestia galopante dos gêneros de primeira necessidade a partir de 1850, na província do Rio de Janeiro e, de 1860, no sul de Minas e em São Paulo. A consolidação da economia de exportação agravava a desorganização estrutural do setor de subsistência limitando cada vez mais o espaço reservado para pequenas colheitas. A medida que pequenas posses eram cobertas por cafezais e que esta monocultura do café absorvia o tempo de lazer que os escravos tinham para suas hortas, as pequenas colheitas já não satisfaziam as necessidades locais, implicando a compra de alimentos do Sul, ou a importação de regiões mais distantes, ou mesmo do Prata e do exterior.[30] A consolidação do mercado interno tem muito a ver com a sorte dos homens livres pobres. O problema do abastecimento interno ainda preocupava os estadistas da República Velha, podendo-se considerar que, enquanto dependiam de importar de fora os alimentos necessários para a reprodução da força de trabalho, estava incompleto o processo de construção da nação e de formação de uma economia propriamente nacional.

Contemporâneos como Sebastião Ferreira Soares destacavam como um contra-senso a proliferação de homens pobres errantes, sem terra, e a conseqüente carestia dos gêneros alimentícios. Propunha remediar o problema com a fundação de colônias agrícolas de agregados sem terra e desocupados dos cortiços da Corte, para os quais seriam distribuídas pequenas propriedades.[31]

A proliferação de botequins, de lojas de molhados e de carne seca, logo depois concentrados nas mãos de grandes monopolistas, é um aspecto da sobrevivência dos roceiros, parceiros e agregados, que diz respeito ao estudo do processo incipiente de urbanização, seja junto às localidades e vilas próximas às

fazendas de café ou próximo aos centros urbanos como São Paulo e a Corte. Cuidar de tavernas e pequenos armazéns era atividade preferida pela população forra e mulata, que compunha a extrema diversidade dos setores livres (caipiras, libertos, imigrantes), focalizados neste artigo.[32]

A mentalidade dominante, a partir de meados do século passado, do progresso do capitalismo e do advento da civilização coloria de nuanças pejorativas os costumes dos lavradores pobres, cujo atraso muitos atribuíam ao isolamento das povoações, à mestiçagem, à falta de ambição ou à preguiça; preconceitos inveterados contra a diligência e o trabalho assalariado, que as próprias classes dominantes apontavam como produto das sociedades mais adiantadas. A historiografia não propiciou a acumulação de conhecimentos sobre esses grupos importantes no conjunto da população, concentrando sua atenção, primeiro nos escravos, depois nos imigrantes estrangeiros.[33]

A declaração de cor nos recenseamentos parece seguir os padrões dos preconceitos dominantes e exagerar a presença dos brancos, tanto no censo de 1872 como no de 1890. O fato é que estariam provavelmente subcontados os lavradores e parceiros pobres de localidades distantes, sobretudo os mais dispersos e em contato menos direto com o mundo das autoridades ou dos fazendeiros, sem falar nos caboclos e mestiços de índios, dispersos pelas regiões novas e, de forma geral, por toda a província.[34]

É interessante lembrar que, em todo o decorrer do século passado, o processo de mestiçagem transformava aos poucos os roceiros caipiras de antiga ascendência mameluca, em mulatos, dada a presença dos escravos. O grupo da população que mais crescia era o dos mulatos, mestiços forros, que persistentemente se acrescentavam às populações caipiras tradicionais. Na província de Minas Gerais, de longe a mais densamente povoada, era fator predominante, deslocando-se para as frentes agrícolas das regiões do sul da província. De cerca de 48%, em 1814, passou a quase 70%, em 1872. A província do Rio de Janeiro passou de 28% de forros mulatos para 38% em 1872. A província de São Paulo, de cerca de 38% de libertos mulatos, em 1836, para 57%, em 1872.[35]

É claro que o fenômeno delimita as fímbrias da escravidão concentrando-se nas regiões de açúcar e de café. Nestas áreas, apenas 10 a 15% da população dos municípios perfaziam o grupo dos agregados; uma minoria em processo de desaparecimento. Ex-escravos concentravam-se nas regiões mais antigas e populosas, como o Vale do Paraíba. Muitas vezes, para evitar as proximidades de fazendas, procurariam meios de sobrevivência sertão adentro, nas fronteiras ou em áreas de criação de gado. Está por fazer um mapa aproximado das tonalidades raciais e do convívio dos forros e libertos com a população caipira tradicional.[36]

É de particular interesse estudar o fenômeno de arregimentação dessa população pelas elites dominantes e a construção paulatina de recursos administrativos e de leis para cooptá-los à população do Império como cidadãos

pobres, porém efetivamente integrados no sistema político, na medida em que formalmente podiam votar.

O sistema político e administrativo de construção do Império processou-se lentamente, à medida que as classes dominantes puderam colocar-se de forma mais eficiente acima das localidades, em nível provincial e sobretudo no nível da Corte do Rio de Janeiro. Na época da Independência, interessadas em exercer um controle social mais eficiente, procuraram arregimentar e integrar as populações marginais ao corpo da nação. Essa preocupação inicial dos grupos liberais e radicais sobreviveu na Constituição outorgada de 1824. Entre essa data e 1846, o censo mínimo exigido para o cidadão votante era muito baixo, fixado em apenas 100$000 de renda anual, e sofria a desvalorização do processo inflacionário englobando um número cada vez maior de homens livres pobres. Era conveniente ao mandonismo local, e a manipulação eleitoral aproveitou-se amplamente desse aspecto da lei. Em 1846, o requisito mínimo passou a ser computado em prata, equivalendo mais ou menos ao dobro, o que ainda era quantia irrisória para a época.[37]

Os vadios, os pobres, os desocupados, os que não tinham sequer condições de ser votantes, eram recrutados para o exército de linha. A partir de 1833, a guarda nacional tornou-se o centro de arregimentação dos setores intermediários de pequenos proprietários, roceiros e lavradores pobres.[38]

As autoridades locais, os juízes de paz, os párocos que recebiam as côngruas do governo central e os juízes municipais controlavam o processo, fundamental no sistema de eleição indireta, de qualificação dos votantes pobres. Após 1841, os juízes de direito e os chefes de polícia suplantaram as autoridades municipais e passaram a exercer um relativo controle sobre os métodos de dominação exercidos sobre os votantes pobres.[39]

Os pequenos sitiantes, lavradores pobres, parceiros e meeiros também eram recrutados para as forças policiais locais, ou para a polícia rural, cada vez mais necessária onde a população escrava crescia e onde as elites muitas vezes se desentendiam. A guarda nacional na província do Rio de Janeiro e na Corte, em troca de favores e de proteção local, monopolizava os recrutas que deveriam caber ao exército de primeira linha. O mesmo se pode dizer das forças de policiamento provincial, que eram diretamente subordinadas ao presidente da Província.[40]

Qualquer recrutamento envolvendo deslocamento no espaço e a obrigação de servir seis anos longe das suas roças ou vilas impunha sacrifícios e a resistência a todo custo, inclusive a deserção sistemática.[41] As fontes mineiras, fluminenses e paulistas comentam o horror dos roceiros ao serviço militar. Mesmo quando se tratava de serviços meramente locais, como no caso das polícias rurais, que não passavam de agrupamentos de capangas e como tal eram sistematicamente malvistas pelos presidentes de Província que pretendiam substituí-las por forças provinciais, mais diretamente controladas pelo poder central.[42]

A resistência ao recrutamento dificultava a organização das forças provinciais, o mesmo acontecendo com a guarda nacional. Pior de tudo, para os contemporâneos, era o exército de primeira linha considerado como castigo pela população mais pobre, que o identificava, com razão, a trabalhos forçados.

Permanecem mal documentadas na história as mediações sociais dos conhecidos processos de violência eleitoral. A partir da reforma eleitoral de 1846, as juntas de qualificação dos votantes das eleições primárias passaram a controlar também o recrutamento. As forças de repressão local parecem, nesta época, ganhar novo alento sobre as populações marginais de pequenos sitiantes ou mesmo de homens destituídos de terras: coletores, párocos, juízes de paz vigiavam as mudanças de domicílio, tratavam de conhecer a gente nova que chegava das vizinhanças, relatar os desentendimentos e os termos de bom viver, saber das multas, fiscalizar os deveres dos cidadãos pobres.

> Todos os Juizes de Paz da comarca serão obrigados a participar immediatamente ao Chefe da Policia, os acontecimentos extraordinários, que interessem à segurança e tranquilidade pública, e quaesquer outros, que demandem promptas providencias, informando-o da existencia de quaesquer ajuntamentos illícitos ou em que houver perigo de desordem. Alem disso, lhe remetterão uma relação semanal, contendo declaração: 1º das pessoas, que de novo tiverem vindo habitar o seu districto, com individuação de seus nomes, filiações, naturalidades, profissões, gênero de vida e motivo por que para ahi vieram; 2º das pessoas, que tiverem sido obrigadas a assignar termo de bem viver, ou de segurança; 3º das pessoas indiciadas de crimes ou pronunciadas ou presas em consequência delles; 4º das pessoas mandadas retirar do districto, ou expulsas delle na conformidade do disposto no Codigo do Processo.[43]

Evidentemente, tais medidas partiam antes de tudo das próprias necessidades das elites locais, no seu afã de reunir adeptos e de angariar clientes para reforçar seu poder sobre as facções que os desafiavam. Este era o processo invariável das localidades onde os grandes proprietários não se entendiam.[44]

Nas regiões mais desfavorecidas economicamente, onde predominavam pequenos sitiantes e lavradores pobres, mesmo considerando a diversidade local das pobrezas que hierarquizavam umas em relação às outras[45], as autoridades locais sempre exerciam pressão para coletar impostos, multas e serviços, porém não exerciam a mesma força repressiva dos outros centros de disputas entre grandes proprietários locais.

A resistência à rede de poder era constante tanto com relação às multas como com relação ao recrutamento. Alegavam o sacrifício do trabalho nas pequenas roças de consumo, o trato de suas famílias, interesses de sobrevivência mais prementes.

As leis de recrutamento diziam imediatamente respeito ao processo eleitoral, porém, desde sempre procuravam pactuar com as necessidades de mão-de-obra dos proprietários rurais. As leis isentavam do recrutamento empregados de confiança, que não podiam ser dispensados pelos fazendeiros, assim como os administradores, caixeiros e tropeiros, concentrando-se muito mais sobre a massa dos pequenos roceiros sem terras ou dos proprietários de pequenas posses instáveis, entre os quais forçavam cooptações e procuravam angariar por violência as clientelas. Muitas vezes, os recrutamentos eram pretexto de vinganças e rixas entre vizinhos, que apelavam para autoridades no sentido de prejudicar aqueles com os quais tinham ajustes e desforras pendentes.

As eleições primárias ficaram em geral na alçada dos interesses meramente locais. A urdidura de manipulação provincial e do governo central só se exercia no nível dos eleitores e do reconhecimento dos títulos dos novos deputados e senadores.

Entretanto, havia por parte do governo central a vontade de influir sobre os ânimos locais, de pacificar as facções em luta e de conseguir um *modus vivendi* mais fácil. Criticava-se, no âmbito provincial, os excessos de prepotência dos potentados locais e, sempre que possível, procurava-se estender as malhas do poder central. O patronato, sem dúvida, exerceu influência sobre a arregimentação da população pobre, distribuindo empregos públicos e desta forma criando os laços de clientela pessoal. Mas, como nem sempre se tinha o que oferecer à grande maioria dos cidadãos livres, as malhas do patronato eram contidas pelo número relativamente restrito de cargos públicos a preencher nas localidades e nas províncias. Assim, meeiros, escrivães, pequenos funcionários, porteiros e guardas de registro não chegavam a ter a importância decisiva que tinham na Corte.

Em 1864, comentava Alexandre Ferreira Soares o número elevado de pequenos funcionários públicos empregados pelo governo no arsenal da marinha, no Ministério da Guerra, na alfândega, no consulado, na tipografia imperial. Eram o núcleo dos cooptados dentre a massa dos desfavorecidos e, com o tempo, definiriam-se como uma classe urbana de intermediários entre os escravos, os libertos trabalhadores de construção, os carregadores, os artesãos mais ou menos qualificados e os operários das manufaturas locais que contratavam trabalhadores nacionais. O poder público arregimentava a população local, os libertos, os mestiços, em vez de recorrer, como fazia a maioria das indústrias, ao trabalho dos imigrantes estrangeiros.

O recurso aos recrutamentos, tão comuns na década de 1840, arrefeceu com a reforma eleitoral da lei dos círculos (1856) no âmbito das disputas

provinciais. Porém, na eleição primária, da qual participavam votantes pobres, as juntas de qualificação sempre representaram o modo como os proprietários e chefes políticos eleitorais manipulavam o poder local, de modo que os costumes de violência eleitoral e de recrutamentos arbitrários, que já tinham raízes na sociedade colonial, persistiriam até que a crise da escravidão impôs a necessidade de novos recursos para atrair o trabalhador livre.

A década de 1870 a 1880 vem sendo aos poucos estudada como período de mudanças iminentes, aceleradas pela necessidade da mão-de-obra livre, a ponto de se registrarem contínuas intervenções no sentido de anular os excessos do recrutamento, de abolir violências e de não sobrecarregar os trabalhadores livres com exigências que os afastassem do trabalho produtivo, registrando-se muitas intervenções das autoridades no sentido de dispensar o recruta que tivesse emprego fixo.[46]

Com o surto de interesse pela mão-de-obra livre, a máquina de repressão e controle das eleições passou a ser criticada, como geradora de tensões perigosas, cada vez mais indesejáveis. Às vésperas da Abolição, a ideologia urbana elaborava argumentos humanitários e apelos no sentido de suavizar a violência dos costumes locais do interior da província. Pede-se a reforma da guarda nacional que passava a fazer concorrência com os empregos, com a necessidade cada vez mais premente de mão-de-obra livre no âmbito das localidades, ao passo que cresciam, com a Guerra do Paraguai, as necessidades do exército de primeira linha.

A palavra de ordem era deixar os sitiantes e agregados livres serem contratados pelos fazendeiros e recrutar para o exército de primeira linha apenas aqueles desocupados, ociosos, que notoriamente resistissem ao convite para o trabalho sistemático. Somente estes seriam punidos com o recrutamento militar. As novas leis de 1874 e 1876 mal conseguiam suplantar os costumes de prepotência e de controle social já enraizados nas localidades. Há mesmo exemplos de motins de resistência ao novo serviço militar obrigatório, que continuava, por sorteio, a afetar toda a população pobre local e a estar inteiramente sob o controle das mesmas autoridades municipais.

A Lei Saraiva (1881), após uma década de discussões relatadas nos *Anais do Parlamento,* viria a acabar com as eleições primárias de votantes pobres e, conforme esperavam certos políticos da Corte, restringir a prepotência dos potentados locais. Marcava o fim de uma longa etapa de cooptação da participação política formal das populações mais pobres do país. Esta reforma do sistema eleitoral proibiu o voto do analfabeto e elevou o censo mínimo para 400$000, reduzindo drasticamente o eleitorado, que passou de cerca de 1,2 milhão de eleitores para menos de 140 000.[47]

A lei coincidiu com fenômenos importantes da formação das classes trabalhadoras livres às vésperas do abolicionismo e com uma fase estratégica da economia do país, quando se processavam mudanças aceleradas, com a penetração

de capitais estrangeiros, as primeiras estradas de ferro, novas fontes de crédito e investimentos. O modo como o crescimento econômico, ligado ao mercado internacional do café, repercutia sobre as condições de vida das populações mais pobres do Império[48] continua assunto por explorar e certamente viria a completar o quadro final da história do eleitorado pobre do Império. Sucediam-se as crises de abastecimento e de carestia dos gêneros alimentícios, tanto no nordeste como no Centro-Sul.[49] O motim do vintém poria em evidência as classes trabalhadoras livres na corte do Rio de Janeiro, às vésperas da intensificação do processo de industrialização e da imigração estrangeira.[50]

O abolicionismo propunha reformas sociais que afetavam o futuro dos libertos, mas também diziam respeito ao sistema de propriedade de terras e à integração das populações pobres no mercado interno de trabalho livre. André Rebouças, Joaquim Nabuco e outros esmiuçavam as perspectivas que se abririam aos setores ainda marginalizados da sociedade às vésperas de enfrentarem a concorrência, simultaneamente do trabalho dos ex-escravos e dos colonos estrangeiros. As reformas sociais advogadas pelos abolicionistas seriam abortadas nos primeiros anos da República.[51] A geração de 1870 despertara para a consciência social dos problemas iminentes, mal pressagiando os problemas do futuro imediato, sob a forma da intensificação da marginalidade, da pobreza e do desemprego estrutural, sobretudo com o advento da concorrência dos imigrantes italianos, espanhóis e portugueses.[52]

O estudo das condições locais de vida dos diferentes grupos sociais que compunham o eleitorado pobre na fase de integração política formal do Império (1824-1881) prefigura o fenômeno de pauperização e de marginalidade, simultâneo ao crescimento econômico e à industrialização nas décadas finais do século. Formas de sobrevivência, condições de vida, sistemas de dominação e de controle social delimitam os parâmetros da história social dos cidadãos pobres do Centro-Sul, ainda por construir. A continuidade da sua resistência e a intensificação da política de dominação persistem como uma ponte entre a crise da escravidão e as vicissitudes de suas trajetórias durante as primeiras décadas da República Velha.

O IMPÉRIO DA REVOLUÇÃO: MATRIZES INTERPRETATIVAS DOS CONFLITOS DA SOCIEDADE MONÁRQUICA

Izabel Andrade Marson (UNICAMP)

Os conflitos políticos e sociais que marcaram a história do Brasil durante o Império se exteriorizaram numa multiplicidade de acontecimentos que revelam uma sociedade complexa em sua configuração e interesses. Nos recintos parlamentares, afloraram na disputa entre grupos ou partidos políticos; durante o primeiro reinado, enfrentaram-se *portugueses* e *brasileiros,* defensores de projetos políticos diversos. Na regência, opuseram-se *restauradores* e *liberais exaltados* e *moderados*. No segundo reinado, *liberais* e *conservadores* ocuparam a cena política até 1870, quando a emergência dos *republicanos* veio adensar a disputa partidária.

Todavia, fora dos lugares da luta política oficializada, a agitação se evidenciou mais ampla. Entre 1822 e 1850, os principais centros urbanos do Império (Rio de Janeiro, Salvador e Recife) assistiram a inúmeros episódios de confronto físico entre *nacionais e portugueses* ligados ao comércio, ao retalho e ao artesanato, os *mata-marinheiro*. Presenciou-se também, particularmente na regência, movimentos de insubordinação da tropa de linha ou de participação dos militares em eventos mais significativos como a abdicação de D. Pedro I em 1831 e nos acontecimentos que se seguiram. Notou-se ainda intensa atuação popular nas vilas e cidades, desencadeada pelas sociedades patrióticas de tendência restauradora ou liberal. Entre 1824 e 1848, explodiram levantes liberais de diferentes configurações políticas, organização e composição social: a Confederação do Equador, a Farroupilha, a Sabinada, a Revolução de 1842 em São Paulo e Minas e a Praieira. Por sua vez, os homens livres pobres e escravos aquilombados marcaram sua presença em insurreições como as Cabanadas do Pará e de Alagoas, a Balaiada, o Ronco da Abelha e o Quebra-Quilos. E, acompanhando esses episódios de maior projeção, é importante lembrar a atuação escrava, tanto nos enfrentamentos cotidianos e nas pequenas rebeliões quanto na revolta dos Malês na Bahia, em 1835.

Esse amplo e denso conjunto de conflitos ficou registrado em dois tipos de fontes. Na fragmentária documentação criada pelos próprios acontecimentos (que